

COMISSÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

06.12.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**COMISSÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS****06.12.2017**

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Declaro aberta a sexta reunião extraordinária da Comissão de Atividades Econômicas da 3ª sessão legislativa, da 18ª Legislatura, com a finalidade de deliberar sobre a pauta e ouvir o secretário estadual de turismo, Fabrício Cobra que já se encontra aqui ao nosso lado, e acompanhado do nosso querido Vanilson, também da equipe técnica da Secretaria, e a sua assessoria.

Eu queria agradecer a presença de todos, e o secretário veio aqui para atender ao art. 52-A da Constituição do estado de São Paulo, que é apresentar a prestação de contas e o andamento da gestão e avaliação das ações, programas e metas da Secretaria. Eu registro a presença dos deputados: Sebastião Santos; Ana do Carmo; José Zico Prado; Reinaldo Alguz; Hélio Nishimoto; além desta Presidência.

Portanto, havendo quórum, está aberta a reunião e eu peço a Secretaria que faça a leitura da Ata da reunião anterior. Deputado Reinaldo Alguz.

O SR. REINALDO ALGUZ – PV - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Pela ordem, deputado Reinaldo Alguz.

O SR. REINALDO ALGUZ – PV – Havendo acordo para dispensar a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – É regimental o pedido de V. Exa. e estando todos os deputados de acordo, está dispensada a leitura e fica aprovada a Ata da reunião anterior. E, eu quero secretário pedir rapidamente, temos itens que são de uma rapidez grande de apreciação e eles são apreciados de passar a palavra. E então... A sua concessão nesses aspectos que é praxe da Comissão. Então, vamos deliberar rapidamente aqui.

Item um, Projeto de lei 635, de 2015, do deputado Chico Sardelli, obriga as empresas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados a disponibilizar em seu sítio eletrônico a declaração de quitação anual de débitos aos consumidores. O deputado Hélio Nishimoto deu o seu parecer favorável na forma de substitutivo e teve um voto em separado do deputado Reinaldo Alguz. Em discussão.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Pela ordem, deputado Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Primeiro eu quero dizer que eu já tinha questionado isso com o deputado sobre essa questão da transparência que as empresas prestadoras de serviços têm que fazer e o deputado Hélio Nishimoto me falou que isso gera custo, mas gera custos para quem? Gera custos para a empresa que está cobrando tudo a mais e que, com certeza é para ela e que vai gerar custos. E para o consumidor pelo menos eu quero saber de tudo aquilo das prestadoras de serviços, e tanto das terceirizadas, da Eletropaulo, de todas elas.

E eu quero dizer aqui que temos que votar de acordo com o projeto do Chico Sardelli.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Sim, mas de acordo com o voto do deputado Hélio Nishimoto, ou voto em separado do deputado Reinaldo Alguz.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Com o voto em separado do deputado Reinaldo Alguz.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Continua em discussão.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS – PRB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Pela ordem, deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS – PRB - Pela presença do secretário que já é de Casa, eu queria pedir vistas do item, um, dois, três, quatro e cinco.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – É regimental, estão condidas as vistas dos itens: um, dois, três, quatro e cinco ao deputado Sebastião Santos.

O SR. REINALDO ALGUZ – PV - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Pela ordem, deputado Reinaldo Alguz.

O SR. REINALDO ALGUZ – PV – Eu quero pedir vistas conjuntas no item um.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – É regimental, pedido de vistas conjuntas do item um para o deputado Reinaldo Alguz. E item seis, de deliberação conclusiva, projeto de lei 443, de 2017, da deputada Marcia Lia, deputado Aldo Demarchi e Deputada Leci Brandão, inclui no Calendário Turístico do Estado o "Black June", em Rio Claro. Parecer favorável da deputada Ana do Carmo. Em discussão. Não havendo oradores inscritos. Em votação. Se os deputados forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Item sete, projeto de lei 573, de 2017, do deputado Sebastião Santos, que Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Dia de São Donato". O parecer foi favorável na forma do substitutivo proposto pelo deputado Hélio Nishimoto. Em discussão. Não havendo oradores inscritos. Em votação. Se os deputados forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

Para a deliberação também do item oito, indicação de um membro para integrar o Conselho de Orientação do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca - FEAP, conforme disposto no artigo 7º da lei 7.964/1992.

A SRA. ANA DO CARMO – PT - Pela ordem, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Pela ordem, deputada Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO – PT - Eu quero pedir vistas conjuntas com o deputado Sebastião Santos do item cinco.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Do item cinco, vista conjuntas com a deputada Ana do Carmo. Indicação, temos alguma indicação? Vamos aguardar com relação a eventual indicação de membros do FEAP. E eu aguardo os colegas que eu sei que houve interesse, já houve aí uma manifestação e houve uma indicação do deputado Hélio Nishimoto.

A SRA. - Pela ordem, deputado.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Na última reunião, mas não estava pautado. Portanto, eu não pude deliberar a indicação do deputado Hélio Nishimoto, porque não havia pautado o item para deliberar se ele está pautado. Hoje ele está pautado, e eu consulto se além da indicação, se está confirmada a indicação do deputado Hélio Nishimoto.

A SRA. ANA DO CARMO – PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – E se além da indicação dele tem mais alguma indicação. Pela ordem, desculpe, deputada, o Sebastião já tinha pedido. E na sequência a senhora, tudo bem, deputada?

A SRA. ANA DO CARMO – PT - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Pode ser? Deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS – PRB – Eu também coloco o meu nome para a apreciação para ser indicado também.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Deputado Sebastião Santos também coloca...

O SR. SEBASTIÃO SANTOS – PRB – ... da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura temos interesse no item.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Deputado Sebastião Santos coloca o dele, e deputado Hélio Nishimoto. Pela ordem, deputada Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO – PT – Eu quero fazer a indicação do deputado Zico Prado.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Zico Prado. Temos três indicações. Eu peço na condição de Presidente que eu já solicito vista desse item, e tendo em vista que temos, para que possamos conversar, e na próxima reunião deliberarmos sobre esse assunto.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Se houver uma concordância. Pela ordem, deputado Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Eu acho que tem toda a legitimidade tanto Hélio Nishimoto como o deputado Sebastião Santos.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Como o Zico Prado, claro.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Todos...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – ... Todos são da praia.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Todos nós entendemos cada um pouquinho do assunto.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – É verdade.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT – Eu quero só lembrar aqui que essa vaga, na discussão aqui da Casa, sempre para indicação era do PT. Eu quero lembrar aos senhores deputados que essa indicação fui eu e depois foi a deputada Marcia Lia, e pelo que eu entendi até hoje não rompemos com nenhum acordo.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Mais um ponto a ser avaliado e então eu levo essas duas questões. Temos três candidaturas indicadas, além, claro, dessa questão do acordo colocada pelo deputado Zico Prado. Para a ciência, item nove, dez, 11, 12 e 13, todos têm cópia e tem o teor, se me permitirem fica aí à disposição se os deputados quiserem o acesso a esses itens, nós já vamos encaminhar através da Secretaria.

Só solicitar, que eu peço para a Secretaria encaminhar. Dou como encerrada a pauta de deliberação.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Já passamos na sequência para o cumprimento do art. 52-A, da Constituição do estado que é ouvir o nosso secretário Fabrício Cobra. Informo já à Comissão que temos mais duas audiências públicas marcadas e uma para receber o secretário Saulo de Castro, em uma reunião conjunta desta Comissão de Fiscalização e Controle e Infraestrutura. O secretário Saulo virá falar sobre as PPPs. Quarta-feira, às 15 horas aqui em nossa Casa também.

E uma outra que eu já quero antecipar que é o secretário Arnaldo Jardim, até porque essa Comissão aqui é de agricultura, turismo, comércio e indústria, e que vamos estar recebendo o Arnaldo Jardim, e também para falar sobre a pasta, estamos ajustando a data e estamos com a princípio, está pré-agendada para o dia 20. E, na minha cabeça ou na minha previsão, deverá ser o último ou penúltimo dia de atividades desta Casa, depende é claro do Plenário, não depende da minha opinião exclusivamente. Pela ordem, deputado Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT – Não, era só porque o deputado Arnaldo Jardim que é um dos...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – ... Então respondi. Legal. Então eu passo a palavra para o nosso secretário, Fabrício Cobra, agradecendo e eu quero já de início cumprimenta-lo, parabeniza-lo por essa missão que assumiu. E dizer que o respeito que essa Comissão e esta Casa tem pela sua pessoa, pela sua missão e equipe, o Vanilson, que me permita citar, eu vou citar todos que contribuem com a sua Secretaria, e dizer que a sua Secretaria tem um papel importantíssimo e ela acaba dominando, dividindo a pauta desta Comissão de Agricultura e Turismo.

E acaba ocupando quase que meio a meio a pauta desta Comissão, e nós temos tido importantes avanços e somos muito felizes com o que acontece com o Dade, e com as instâncias realizadas com essa nova inovação que o estado de São Paulo trouxe, que são os municípios de interesse turístico, e sabemos o quanto a Secretaria tem procurado aperfeiçoar cada vez mais esse processo, melhorar, para que possa não só dar condições de igualdade para todos, mas também para que não se criem situações indevidas e inadequadas, e incompletas.

Portanto, quero aqui atestar e cumprimentar a toda atividade da sua Secretaria e da sua equipe, e é claro que essa Casa ela tem um sonho e um desejo que era ver a pauta limpa e interna, primeiramente, porque o problema nosso maior, a nossa pauta é maior aqui dentro da Casa, do que lá na Secretaria. E uma situação que eu coloco desde o início, eu sei que o secretário vai estar abordando isso, e até o deputado Sebastião Santos tem conversado muito sobre isso, e chegando aí o deputado Edmir Chedid, que eu quero cumprimenta-lo também, e que é um baluarte, um batalhador por essa bandeira do turismo, e estivemos juntos lá em Itanhaém na véspera e ele ficou para o dia lá no encontro e eu perdi o dia, eu fui só na véspera do jantar.

E o deputado Edmir é o autor de projetos de leis importantes nessa área de turismo, mas um dos pontos que tem tramitado muito no colégio de líderes e que eu colocaria para o secretário e ele já tem se mostrado simpático e está fazendo o esforço que ele tem e mais o que não tem para tentar viabilizar. E o desejo desta Casa aqui é que os projetos que foram encaminhados pelo relator e tem até a maioria que já estará... Já tem uma meia dúzia que está no meio do caminho porque a Casa demora uns dois ou três dias para digitalizar e depois que o relator emite Stam e o que for possível desses projetos que já estão prontos e que estão saindo do Stam, mas os que estão na Casa Civil, na Secretaria, os que estão lá, se for possível que eles fossem concluídos, as análises até quinta-feira da semana que vem.

E eu falo isso aqui e eu não estou querendo pautar a agenda da Secretaria, mas é porque o Presidente Cauê Macris disse que o que vier de quinta para cá recebendo a Casa na sexta ele pretende na semana seguinte que é a última semana de atividades desta Casa, fazer aquela transformação em um projeto coletivo de todos os deputados, e aprovar tudo aquilo que foi possível e que tiver parecer favorável do Dade. E eu estou colocando no limite, se fosse passar para a assessora sempre passamos uns três dias antes.

Mas como estamos passando para a Secretaria falamos o dia verdadeiro, que é a quinta-feira, e então eu sei que é uma situação de equipes, de reuniões, e fica aí essa colocação, e eu acho que atende ao interesse de todos, porque todos têm alguma coisa tramitando ou no Stam ou na Casa Civil, ou lá e agora aqueles que ainda estão em análise do relator, aí não tem jeito. Agora, os que estão no Stam estão prontos, enfim, fica aí essa colocação. Mas independentemente desse ponto, eu quero dizer do respeito e do conhecimento e do quanto o secretário Fabrício que já vinha e acumula a Secretaria adjunta da Secretaria civil, e ele já vinha lá na Casa Civil tendo uma relação importante com essa Casa, tanto na análise de projetos de leis, de iniciativas parlamentares e como de outros temas.

E agora ele tem essa missão conjunta de conduzir e está conduzindo muito bem, e eu quero agradecer e desejar sucesso, e colocar essa Comissão à disposição. Com a palavra o secretário, eu já ia chamar de deputado. O Cezinha falou aqui, aliás, o Fabrício Cobra tem sangue e quem não conhece Zulaiê Cobra, aquela brilhante deputada e líder, que tem uma história fantástica e uma política em São Paulo e no Brasil, e que hoje é presente o filho para nos ajudar nessas missões que ele tem aí. Com a palavra, Fabrício Cobra, para falar da sua Secretaria.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Imagina, obrigado, deputado Itamar, obrigado pelo convite, é uma honra estar nessa Assembleia Legislativa. Eu gostaria de cumprimentar ao deputado Hélio Nishimoto, e ao deputado Sebastião Santos, Reinaldo Alguz, Zico Prado, e a deputada Ana do Carmo. É um prazer imenso, estamos há três meses na Secretaria. O governador pediu e me incumbiu desse desafio, e com relação ao MIT, já entrando, já que o deputado Itamar tocou no assunto.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Antes de o senhor entrar, eu cometi uma injustiça aqui, registrar a presença de alguns prefeitos, o prefeito

Jairo, de Analândia. Eu estou vendo o prefeito Leandro de Mesópolis. Quem está com o Leandro ali? Os vereadores, dois de Mesópolis. Denilson? Lauvir. Agradecer a presença dos vereadores, dos prefeitos, e o vereador Leandro, lá de Analândia também. Desculpe, o Silverio Crestana que é de Analândia também. O Edmir já justificou que ele vai para o Colégio de Líderes. Temos o colégio de líderes hoje e uma pauta que interessa aos 94 deputados, hoje, vai ser definido o percentual e a tramitação do projeto de lei que a emenda impositiva aqui na Assembleia Legislativa, e é um avanço grande nesse tema.

Mas, para não tomar mais tempo, desculpe secretário por interrompe-lo, devolvo a à palavra e eu agradeço a equipe de assessoria e a equipe da Casa também.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Imagina, deputado. Obrigado. Como eu estava falando, faz exatamente três meses que eu estou na Secretaria, e a questão do MIT já levantada pelo Presidente, sem dúvida é uma questão que hoje movimenta ao estado inteiro, eu já tive a oportunidade de cumprimentar no evento da sanção dos últimos MITs, e cumprimentar a Assembleia Legislativa pela criação de uma lei tão ousada e inovadora. E que a princípio todos imaginavam que seria uma disputa pelo acesso ao fundo e os 140 municípios de interesse turístico.

E também terão acesso ao fundo da Habitur, mas a lei trouxe reflexos muito maiores, e hoje, se caminha pelo estado e todos os municípios falam de turismo, então todos eles estão indo atrás da sua capacitação para virar um MIT e então acaba se criando e elaborando um plano diretor e criando um conselho municipal de turismo que é onde a sociedade civil e as entidades privadas interagem com o Poder Público.

E, planejando o turismo na sua cidade, e independentemente de essas cidades se tornarem ou não MITs, elas já estão movimentando. Quer dizer, a lei conseguiu ter uma consequência e um resultado muito maior do que todo mundo imaginava e eu dou os parabéns mais uma vez a essa Casa, e pela elaboração da lei e ao governador Geraldo Alckmin pela sanção e sem dúvida nenhuma é um dos temas que todos tem falado. E o que nós fizemos ao chegar lá na Secretaria de Turismo? O Vanilson é o turismólogo dessa Secretaria, e funcionário de carreira.

E nós criamos duas medidas para podermos organizar um pouco essa questão, sabemos dos anseios tanto dos prefeitos como dos deputados que trabalham em determinadas regiões, e que tem uma parceria grande com as prefeituras, e todos querem ser MIT, mas era necessário pelo menos algumas regras para as coisas

caminharem de uma forma mais clara, e então a primeira foi criar o critério da ordem cronológica dentro da Secretaria.

Então, a análise do grupo técnico que é um grupo em que o Vanilson coordenada, e que somente participam funcionários técnicos, tem o da cultura e o do esporte, duas pessoas de associações de turismo, o conselho estadual de saúde e do conselho estadual de turismo, e que eles fazem uma análise técnica com relação aos critérios da lei. E então a Assembleia Legislativa encaminha o processo e com a documentação que o município juntou e com quatro ou cinco requisitos, e eles dão um parecer dizendo se atendeu ou não atendeu porque está faltando documento A e B, ou, porque não atendeu porque faltam todos os documentos, ou ela não atende, ela não preenche os requisitos para ser MIT.

Então, o grupo técnico faz essa análise e como secretário eu encaminho aqui para a Assembleia Legislativa. Então, a questão da ordem cronológica foi a primeira medida para dar um norte, haviam alguns prefeitos reclamando, “o meu chegou antes, por que o outro foi analisado?” e então para não se ter nenhum tipo de discussão com relação a prioridade e a preferência de um ou outro, foi criado esse critério da ordem cronológica.

E o segundo critério foi a questão da instrução, nós baixamos uma portaria para que a instrução ficasse restrita a Assembleia Legislativa, e alguns municípios queriam juntar parte da documentação lá na Secretaria e ao mesmo tempo outros municípios estão aqui na Assembleia Legislativa esperando essa documentação ficar pronta para poder completar o jogo, o processo e enviar para a Secretaria.

E então para se criar uma situação de isonomia, e então a portaria baixada pela Secretaria é de que toda a instrução processual já seria feita aqui na Assembleia Legislativa. E então os processos que não estão com a documentação a Secretaria está devolvendo e pelo que o Presidente Cauê e a deputada Célia Leão da CCJ, que é por onde passam esses processos estão abrindo vistas ao autor para que ele possa ter oportunidade de juntar a documentação e novamente o processo voltar para a Secretaria. E então, essas foram as duas medidas que fizemos para poder dar uma organização, uma organizada e também criar uma isonomia entre as prefeituras.

E porque todos estão querendo ser, entendemos que toda a prefeitura, só que aí entra aquela questão da interpretação, ou se vocês vão voltar 140 ou vão voltar 200, e aí o ranking que vai decidir quais são as 140, e no meu ponto de vista, é claro que a interpretação final é sempre da Assembleia Legislativa. E eu acho que poderia aprovar 200 MITs, e aí o ranking que vai ser ditado pela Secretaria e pelo governo, na verdade,

ele decidiria quais são os 140 que teriam acesso. E aí você teria uma espécie de competição entre as cidades, para que se melhore a sua infraestrutura, e alguns requisitos de turismo para que se possa ter acesso ao fundo e também a questão da subida e da decida da instância para MIT que já está prevista por lei e inclusive eventualmente para funcionar a partir do ano que vem.

E então esses foram os critérios que nós tomamos e com relação a celeridade e desde o momento e que eu entrei, eu estou pedindo e eles estão se reunindo toda a semana, e houve um esforço durante o mês e eles se reuniram duas vezes por semana, e agora novamente há um pedido para que eles consigam acelerar o ritmo de análise e são todos voluntários, não há... Cada um tem a sua atividade na respectiva Secretaria, mas eles estão em um esforço grande para aumentar esse número, mesmo esses que foram devolvidos e voltando serão analisados, para que cheguemos aí agora em dezembro mais um lote de municípios com o parecer positivo.

E mesmo que não de tempo em dezembro para um lote maior, já há um compromisso firmado para janeiro, que é o recesso da Casa, e eles vão se reunir e vão tentar limpar a pauta da Secretaria. E tentar zerar a todos os municípios que estão lá no mês de janeiro, e aí quando os senhores voltarem em fevereiro, todos os processos vão estar aqui e pelo menos aqueles que a Secretaria recebeu, e o Vanilson, o grupo tem marcado também algumas viagens, e até algumas cidades que eles resolvem dar uma olhada e conhecer, e para tirar algumas dúvidas, e então isso tudo está em uma das prioridades da Secretaria para que pelo menos zeremos a pauta da Secretaria com relação aos municípios.

E, seja para dizer que atingiu ou seja dizer que não atingiu os requisitos, ou que está faltando documento. Então, esse é um ponto com relação ao MIT. E outra questão que foi bastante demandada na nossa chegada e que tem demandado até o momento, é com relação às instâncias em si próprias. Havia uma grande pressão por conta dos prefeitos e por conta dos deputados, para que o orçamento de 2017 do Dade fosse executado em sua plenitude, e quando chegamos lá o orçamento tinha sido executado no ano de 2017 abaixo de 10%, e então realmente a pressão grande para que os prefeitos pudessem ter acesso, preparar a documentação e ter acesso ao convênio (ininteligível). Duas questões nós temos tomado de lá para cá, que é bastante importante. Primeiro (ininteligível).

O convênio apresenta uma proposta eu quero fazer aqui uma reforma na minha orla, e tudo é com viés turístico, só que para estar apto a destinar o convênio ele precisa

deixar a documentação em ordem. Então, quando assumimos, se tinham muitos documentos que estavam faltando e nós oficiamos a todas as prefeituras o que estava faltando e elas começaram a trazer e se agilizar para também se deixar pronto o convênio de 2017.

E, por outro lado, até por uma questão de exigência legal, conversamos muito com o Tribunal de Contas desde a nossa chegada, são os convênios antigos, e existe um lote de convênios antigos que estavam em andamento e que precisavam alguns (ininteligível) serem resolvidos. Então colocamos para os prefeitos “vamos resolver também esses convênios que estão para trás para não deixarmos nada pendente e assinamos 2017”.

Então, a importância resolve o que está para trás, resolve as suas pendências para que o processo vá redondo para o Tribunal de Contas, e sem nenhuma pendência e assina em 2017, e com isso temos e conseguimos avançar bastante, chegamos agora no último dia 30 de novembro e conseguimos assinar os convênios com 34 instâncias, além disso faltam 20 instâncias que não assinaram em 2017, e eu saí agora da Secretaria e tinha duas prefeituras lá.

E a organização do Dade, ele também teve uma troca na sua direção, e a Nanci Cortazzo, que era uma funcionária da Fazenda, e que também já havia mexido com o Dade na época do planejamento do secretário Francisco Luna, e também imprimiu um ritmo de trabalho e em conjunto com a gestora das análises e das vistorias que é a CPOS, e conseguimos imprimir um ritmo e limpando, arrumando os convênios antigos e tomando decisões, resolvendo e ao mesmo tempo preparando para assinar em 2017.

E com isso avançamos bastante no orçamento e estamos próximos de 70% e um pouco abaixo, mas com a diretriz de tentar assinar ainda em dezembro com esses 20 municípios que ainda não assinaram ainda. E aqui está o prefeito de Analândia que me cobrou a reunião e eu falei, “não, vamos lá”. Hoje estava o prefeito de Ribeirão Pires, o prefeito de Atibaia estava lá ontem, e então todos eles que não assinaram ainda estão indo todos os dias e vem com a equipe técnica.

E juntamos o Dade, a engenharia da CPOS, e eu participo e nós vamos tomando as decisões e resolvendo o passado e deixando pronto para assinar em 2017 e então essa foi a outra diretriz, eu acho que talvez a diretriz mais importante porque havia um anseio muito grande pela execução do orçamento de 2017, e que ele estava já no mês de setembro e com uma execução um pouco baixa, mas essa foi a missão que o governador me deu, vamos executar o orçamento inteiro, e é o que temos feito e trabalhado.

Hoje é dia 6 de dezembro e ainda temos pelo menos uns 20 dias para tentar finalizar essa questão do Dade. E a alguns MITs já assinaram o convênio por volta de 20 MITs, tanto os que foram sancionados em agosto, três deles que foram sancionados dia 1º de novembro e que se assinaram dia 30, foram rápidos, e apresentaram projetos, e assinaram agora no último dia 30. E eu acredito que mais uns 20 MITs também para assinarem convênio desse ano, e então dos 51 eu acredito que uns 40 assinem, e que apresentaram o projeto e alguns não apresentaram e mesmo o MIT não conseguiram apresentar um projeto para assinar ao convênio, então, essa foi sem dúvida nenhuma as duas missões mais importantes para fazermos com que a Secretaria andasse e acreditamos que está conseguindo destravar, como ressaltou o deputado Itamar, e vamos ver o que conseguimos chegar até o final de dezembro.

E conseguir executar inteiro, e com relação a 2018, nós já abrimos e sabemos que é um ano eleitoral e você tem algumas restrições da lei para assinar convênio. Dia 18 de dezembro é a primeira reunião do COC já para receber projetos de 2018. E com isso a prefeitura possa no começo do ano já apresentar a documentação e assinar rapidamente antes do período eleitoral para que não deixe para o final do ano e tentar se fazer o inverso e com o orçamento seja executado no primeiro semestre, porque a restrição é de junho, alguma coisa assim.

Mas que não deixe postergar para após a eleição, e então basicamente são essas duas questões, e com relação aos programas, a Secretaria tem alguns programas, e que um deles é o Roda São Paulo, e que é um programa que durante os meses de verão, de janeiro a março, ele faz e oferece um passe de ônibus entre as instâncias turísticas, e por um preço bem em conta, e esse ano ele atendeu, eu acho que foram quase três mil passageiros, entre as cidades do litoral.

E desde a criação foram quase 300 mil pessoas atendidas, e nessa sexta edição que foi no litoral da Baixada entre janeiro a março foram 25 mil pessoas atendidas. E também se teve o Roda São Paulo Solidário. E que atendeu 300 passageiros com relação a grupos de APAE, CRAS, ligados a pessoas com deficiência física e mental. Foi uma parte do Roda São Paulo que foi destinado para essas pessoas, e outras ações de uma maneira geral, e que também estão visando grupos especiais, por volta de três mil pessoas foram atendidas.

Então, no total de 2017 foram 28 mil pessoas atendidas pelo Roda São Paulo, e o Melhor Viagem, que é um outro programa que funciona, na verdade, enquanto o Roda São Paulo não está em operação, ele funciona de janeiro a março e no mês de julho, e

nas férias, e aí enquanto ele não está funcionando, a mesma estrutura é voltada para o Melhor Viagem, e para o turismo do saber, e o que seriam os dois programas? Que eu acho que já seriam de conhecimento de todos, o turismo do saber são caravanas que levam as crianças da rede pública a viagens pelas cidades paulistas, então a prefeitura se cadastra.

“Eu gostaria de conhecer o museu do futebol em São Paulo”, “eu gostaria de conhecer as águas em Lindóia”, então se faz o cadastro, se faz o pedido na Secretaria, a própria prefeitura, e aí é encaixado dentro desse programa e aí essas crianças são levadas para passar o dia em um lugar turístico, conhecer praias, seja um museu, atividades culturais, atividades esportistas, então, esse é o programa do turismo do saber. E esse ano ele atendeu 3.700 crianças, e já passaram por 66 cidades, e quase 30 cidades que receberam o programa.

E o Melhor Viagem, que faz parte do programa estadual Amigo do Idoso, e que, na verdade esse decreto exigia que o Poder Público criasse ações voltadas para essa parcela da população. E então esse projeto também fez essas excursões de dia e com os idosos, e também para se conhecer atrativos e históricos, culturais e naturais. E, também através das cidades e faz o pedido na Secretaria. A coordenadoria de turismo a qual o Vanilson faz parte faz o agendamento e entra em contato com a cidade para receber e é feita toda a parceria e a Secretaria entra com o ônibus que leva de um lugar para o outro, tem um artefato e já foram atendidos esse ano 3.800 idosos, envolvendo 110 municípios e tem as rotas que são todas do Caminha São Paulo.

E que foram criadas nos anos interiores e no Passo do Jesuítas e a rota Franciscana e a Rota da Luz e a Rota Bandeirante. E, como são 56 municípios envolvidos nessas rotas, 1.900 quilômetros de rotas, e com mais de 100 pontos instalados nos percursos, e que esse ano foram registradas quase dez mil pessoas registrando a presença dos pontos instalados dentro das rotas. E o Sabor São Paulo era um programa que foi feito integralmente em 2013, 2014 e 2015, e ele tinha como meta desenvolver a gastronomia e o turismo no interior, o turismo gastronômico.

E ele foi feito com dez etapas regionais nesses três anos. Em cada região administrativa fazia-se um concurso e cada cidade apresentava um prato, e era feita uma escolha, e isso como uma forma de fomentar uma disputa regional, apresentações de pratos típicos, a cultura, a história da cidade, e ao final, esses dez ganhadores vinham para São Paulo e participavam aqui do evento do Semana Mesa em São Paulo. E tendo oportunidade também para quem mora em São Paulo conhecer essas características da

gastronomia paulista do nosso interior, que, aliás, é muito rica, e esse ano não houve em 2016, e eu acho que por conta do orçamento não foi realizado e esse ano também não.

E realizamos no final do ano e foi trazer esses ganhadores dos anos anteriores a participar da Semana São Paulo e a ideia é relançar o relançamento desse programa no ano que vem de uma maneira mais enxuta e um pouco mais sintética, mas em parceria com o Senac, e para que possamos desenvolver esse programa, essa atividade no interior, que, sem dúvida ela fomenta a questão cultural, a questão histórica de cada cidade. Então esse é um dos programas que vão voltar, e a participação em feiras que a Secretaria participou, APAs, Abave, Adventure Sports Fair com o intuito de divulgar as cidades e atrações que São Paulo tem.

E o que percebemos nesse pouco tempo de Secretaria deputado Itamar, é que São Paulo é muito rico em nosso turismo, mas talvez a pungência econômica da cidade de São Paulo, ela tem uma pungência, o turismo de negócios é muito forte e ele acaba escondendo um pouco o nosso turismo no nosso interior. Então, às vezes o turista estrangeiro vem para São Paulo e participa de uma feira na capital e ele vai para o litoral do Nordeste, ele vai para o interior do Norte, do Sul, para as Serras Gaúchas, sendo que temos muita coisa para oferecer em São Paulo. Temos o nosso litoral, temos as nossas serras.

Temos os nossos termais, temos a nossa natureza, a Mata Atlântica talvez seja o maior trecho do Brasil intacto que está em São Paulo, e então essa potencialidade precisa ser melhor divulgada e eu acho que aí entra um papel importante da Secretaria nessa divulgação e para que o próprio paulista, o paulistano que é o maior emissor de turistas do Brasil, ele possa também conhecer o seu interior, porque ele é muito rico, e tem um potencial imenso e com isso ajudar também o desenvolvimento regional.

Eu acho que esse talvez seja o principal papel hoje do turismo no Brasil, e a crise levou muitos empregos, principalmente da indústria, e a ideia é que estamos em uma retomada de crescimento, e acreditamos que ano que vem vai ser melhor e o próximo que o Brasil possa retomar o crescimento, mas certamente, que a indústria não trará de volta os empregos que ela tirou. E então vai caber ao Poder Público e ajudar nesse crescimento, nessa retomada, e o turismo pode ter um papel importantíssimo porque é serviço.

Você tem algo multifacial, então você pode interagir com a questão cultural e então ele mexe com estruturas de pousadas, restaurantes, museus, o empreendedorismo e sempre tem aquela pessoa vendendo um souvenir, então ele tem um impacto

realmente, uma cidade com vários aspectos, e o mais importante é que é regional, você não está concentrando só na capital, então você consegue desenvolver do ponto de vista descentralizado e regionalmente a economia e gerando emprego, mas é isso, e eu estou à disposição. É um prazer, é a primeira vez que eu estou aqui na função de atendendo o quesito da Constituição. E a Célia Leão correu na frente e me chamou semana passada.

O SR. - Pela ordem.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Teria sido a primeira vez a vir aqui na Assembleia Legislativa, em um lugar que tantas vezes viemos aqui por questões políticas, partidárias, mas nunca como secretário, e então é um prazer imenso e eu estou à disposição dos deputados e aquilo que for necessário esclarecer.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Obrigado, secretário Fabrício, eu acho que é muito bem colocado, e realmente aconteceu isso, a deputada Célia Leão, até por um pedido dos membros da Comissão que ela preside de Constituição e Justiça e Redação, e em virtude de tramitação e devolução de processos, ela tinha algumas dúvidas e foi importante a sua vinda porque esclareceu a todos, e podíamos até ter feito uma reunião conjunta, mas ficou bom desse jeito também. E, apenas, eu sei...

O SR. - ... Pela ordem.

O SR. - É o ineditismo.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Se alguém tinha que reclamar aqui éramos nós e não a senhora, de ciúmes de ter ido primeiro lá. Mas não tem ciúmes, a Célia é parceira e aliás, é a nossa Presidente da Frente Parlamentar do Turismo. Uma grande parceira e que faz um belo trabalho. Me permitam antes de passar a palavra para os colegas, que, com relação aqui eu vi três pontos, recessão de convênio e se não me falha a memória, em 05 de julho, que são os 90 dias antes da... Então, portanto, o secretário vai ter até 30 de junho com relação a esse ponto se é o que ocorre aqui.

E sobre a celeridade que o secretário colocou aqui eu quero dar um testemunho incomparável, realmente estávamos preocupados e cobrando e aguardando, e realmente a celeridade que o secretário deu junto com a sua equipe merece todo o elogio e o reconhecimento.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Por fim, com relação ao MIT, eu entendo que ficou decidido por nós e que a lei diz isso, e a partir do momento em que a lei cria o ranking das instâncias e o ranking do interesse político, ou, especificamente da instância, ela deixou justamente isso, que a Casa aprecie os 200 ou 300 projetos que se tem da Casa, e que se dê esses 200 ou 300 se enquadrarem e atenderem as exigências, todos deveriam ser votados e aprovados pela Casa, e ele se torna efetivamente reconhecido por um município de interesse turístico.

E, porém, ele só terá acesso aos recursos da Secretaria e a partir do momento em que ele fica ranqueado entre os 140 primeiros, e basicamente é isso que é a interpretação do secretário, e que eu acredito que é de todos os colegas e eu acho que é o que fica mais prudente, porque não dá para você... Senão, você está punindo, tudo bem, aqueles que demoraram para andar, mas às vezes, a demora foi ou porque o relator não teve tempo de dar o parecer em tempo hábil, ou por uma coisa ou por outra, e aí acaba não sendo justo e eu acho que o mais justo realmente é isso e é o que a Casa entende no meu ponto de vista.

Fica aberta a palavra para os nobres colegas, deputados. Com a palavra, o deputado Sebastião Santos.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS – PRB - Só para agradecer mais uma vez aqui, parabenizar o trabalho do secretário Fabrício Cobra, e como também de toda a equipe da Secretaria de Turismo, e dizer que realmente existe por parte dos líderes desta Casa, uma certa ansiedade para que todos os projetos que lá adentrarem e que foram enviados por esta Casa, a Secretaria, que todos viessem e nem que fosse para a última sessão, para que pudéssemos acumular todos os projetos e assim se fizesse uma lei só, e prestigiasse esses que acreditaram no seu potencial e que reuniram o Comtur, a Câmara Municipal, o prefeito e que todos trabalharam esse ano pensando em uma novidade para a sua cidade.

E eu acho que é uma nova vida para cada cidade, e não deixar esse acreditar de todas as pessoas ficar aí para o próximo ano, mas que fosse um presente para o trabalho que eles executaram, e até mesmo porque sabemos que muitos prefeitos que estão vindo agora foram os primeiros que não acreditaram quando nós estivemos nas regiões, eu fiz várias audiências. O deputado Itamar correu esse estado inteirinho e o deputado João Caraméz.

E a deputada Célia Leão, não é a questão de não saber o que era, ou qual benefício poderia ter se cumprisse com a lei, é que não acreditaram na lei, e então agora eles estão vindo para o final, e sabemos que muitos estão com dificuldades ainda, mas aqueles que cumpriram eu acho que o maior presente que eles receberiam esse ano por parte do governo do estado de São Paulo seria a sanção do governador reconhecendo que eles trabalharam no ano em uma lei nova, em algo que uniu toda a cidade e que levaram até a Secretaria de Turismo e a Assembleia Legislativa do estado de São Paulo a condição de eles receberem todo esse título de município de interesse turístico.

E então deixar o nosso agradecimento realmente, e parabéns secretário, como falamos das últimas vezes, existe um antes de o senhor estar lá e um depois. E o senhor é governo e o governo está trabalhando sem olhar o seu umbigo, ele está olhando realmente o cumprimento da lei, a Comissão que tem trabalhado intensamente e uma Comissão, que, muitas vezes se desloca em momentos que ela tem que desfazer a sua própria agenda particular para atendê-lo, então, parabéns, continue trabalhando pelo turismo do estado de São Paulo, porque eu acredito que vai ser o maior gerador de renda e emprego do nosso estado, parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Obrigado, deputado Sebastião Santos. Eu consulto se tem mais algum colega que gostaria de se colocar. Deputado Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Primeiro eu queria cumprimentar ao secretário. Eu conheci muito a mãe dele. Eu queria agradecer a sua presença, mas o seu trabalho praticamente está com três meses e diante de um represamento muito grande que tinha lá, não só por deficiência da Secretaria, mas também pela legislação que estava emperrada a discussão na Assembleia Legislativa a tanto tempo, mas a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é se existe contingenciamento do governador nessa proposta.

Porque estamos em duas, estamos aqui referendando duas secretarias que tem menos recursos do estado de São Paulo, uma tem 0,22 e a outra tem 0,49. E eu acho que precisamos largar dessa pobreza toda, e começar a pensar em uma agenda financeira um pouco melhor para essa Comissão nossa, porque aqui é uma miséria do cão.

0,22 e 0,49 para toda a agricultura.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Tanto é que fizemos um monte de emendas, não é Zico?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Fizemos emendas em emendas. Remendos, mas vamos ver se saí, o senhor dá risada, mas a coisa está feia.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – O secretário vai, com a permissão...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - ... Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – ... Não terminou ainda, ok.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Não, 0,22 e 0,49. E é tão pouco, mas a outra questão e nós temos 70 cidades turísticas e 140 no MIT. E como é que está se dando isso, tem contingenciamento também aí dentro? Como está o ritmo de trabalho? Porque está desde 2011 represado esses recursos de repasses, e como é que o senhor está trabalhando tudo isso? Eu ouvi o senhor falando isso desde o começo, mas eu queria que ficasse um pouco mais claro para que pudéssemos ter noção.

Porque os prefeitos estão todos eles aonde têm um recurso eles estão correndo atrás. E não está nada fácil para prefeitura nenhuma. E eu queria que o senhor deixasse isso um pouco mais claro para nós.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Secretário, vamos ter mais dois colegas que eventualmente queiram se manifestar. Falaria ao final sobre todos esses pontos colocados. Com a palavra, o deputado Hélio Nishimoto.

O SR. HÉLIO NISHIMOTO – PSDB – Boa tarde, Sr. Presidente Itamar Borges, colegas parlamentares Ana do Carmo, Zezico, Sebastião Santos. Um cumprimento bastante especial ao secretário de turismo, Fabrício Cobra, e Vanilson, não é? Ele está quase igual a Deus, o pessoal sempre falou dele, e eu nunca tinha visto ele, e agora que eu estou vendo, diferenciou bastante de Deus, porque agora eu estou vendo ele aqui. Mas o Fabrício Cobra com o seu trabalho há pouco tempo na Secretaria de Turismo está confirmando toda a sua capacidade como gestor, então eu fico muito satisfeito de ver esse trabalho e atingir nessa área essa Comissão nossa aqui, de atividades econômicas, porque eu sou histórico dentro do governo e nas outras atividades, e em outras funções, especialmente no palácio que nos deixava muito satisfeitos com o atendimento.

E eu quero agradecer por estar fazendo esse trabalho no turismo e que atende aqui muitas das demandas da Comissão a qual o nosso Presidente Itamar Borges dirige com tanta categoria, mas eu estava realmente preocupado por causa dos MITs, o seu andamento e também do Dade, que os prefeitos na nossa região do Vale do Paraíba, e várias cidades são instâncias turísticas e estava se tendo problemas, mas exatamente como da sua entrada começou a andar processos para a regularização.

Então alguns tiveram sustos, mas depois viram que foram sendo alinhados, e então depois para se terem efetivamente assinaturas de contratos todos e ficaram mais tranquilos. E então ainda que se faltem mais alguns 20, mas eu tenho muita satisfação em saber que está caminhando bem e que a intenção é terminar o ano tentando fechar todos os convênios com as cidades. E os MITs, eu tenho uma dúvida, mas aqueles que já apresentaram projetos e até assinaram convênios, ainda esse ano esse fundo reservado para o repasse aos municípios, não sei se já vão ser possíveis de serem repassados esse ano.

E os que não conseguirem assinar esse ano, perderão esses recursos durante esse ano e se terão chances somente no ano que vem. E após serem realmente assinados os novos convênios com esse trabalho e esse mutirão em janeiro que o Vanilson está prometendo fazer com a sua equipe, e essa é uma das dúvidas, mas eu concordo que quando se fala em mais de 140 município sendo aprovados e deixar se passar por uma classificação técnica pela Secretaria de Turismo, assim eu acredito que ficará bem mais justa essa classificação feita pela Secretaria.

E após as aprovações aqui na Assembleia Legislativa em sanção do governador, então, muito mais para cumprimentar aos membros da Secretaria de Turismo e dizer da satisfação de ver caminhando com celeridade e conforme o nosso Presidente já disse,

esses trabalhos nos vários setores, e especialmente esse do Dade e também dos MITs, parabéns.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Mutirão essa semana, é semana que vem. Parem de falar em mutirão em janeiro.

A SRA. ANA DO CARMO – PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Eu sei, eu estou brincando. Pela ordem, deputada Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO – PT - Eu quero fazer e cumprimentar ao nosso secretário pela presença aqui nessa Casa, que é muito importante. E quero fazer algumas perguntas para o secretário. E como é que ele analisa a equipe técnica da Secretaria de Turismo para o apoio dos municípios. E se existe uma equipe de funcionários na Secretaria em quantidade e qualidade suficiente para apoiar aos municípios, e na elaboração de convênios e na gestão dos recursos e quais são os planos de sua gestão para a contratação, gestão e capacitação de servidores.

Porque é muito importante, porque pelo que escutamos é que não se tem funcionários, que faltam funcionários, que não se tem funcionários concursados e foi importante nós sabermos disso, porque os secretários, os diretores têm todo o empenho, mas faltam de fato equipes e mão de obras para poder fazer tudo que tem que se fazer, está bom?

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Está ok, eu agradeço. Olha, secretário Fabrício, eu vi uma coisa inédita aqui hoje, é bem comum as Comissões reclamarem ao secretário que não atendeu. Tudo bem que não deu tempo de todo mundo pedir a agenda, mas hoje todo mundo está tecendo bons comentários, e isso...

A SRA. ANA DO CARMO – PT - ... Mas ele é novo ainda. Continuamos...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – ... Não deu tempo, Ana. Mas é um privilégio, realmente.

A SRA. ANA DO CARMO – PT - Mas é verdade, esperamos que mantenha. Que seja assim sempre...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – ... Palavras de elogio, isso é gostoso.

A SRA. ANA DO CARMO – PT – É verdade.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – É um estímulo ao trabalho, que legal. Estamos indo já para a participação final do secretário, e eu já passo a palavra para que ele possa responder as perguntas e poder fazer as suas considerações finais.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Obrigado a todos, com relação a questão da execução orçamentária, deputado Zico, deputado Hélio, na verdade, hoje o convênio é assinado ao decreto do governo, do governador em que não se há um repasse imediato, e muitos convênios do passado, várias áreas, o recurso ia na frente, e muitas vezes isso trouxe problemas à sua execução até pela questão da prestação de contas, e muitas vezes quando o convênio parava, o recurso ficava no município.

E o município não podia usar, o estado não usava e então essa mudança que foi feita no decreto de 2016, ele inverteu a ordem, e hoje o município assina o convênio, o valor é empenhado no orçamento, quer dizer, o recurso está lá reservado, e a prefeitura assina o convênio, faz a licitação, dá as ordens de serviço e se começa a obra e se faz a medição, então aquilo que foi gasto, o estado vai lá e repassa, faz a fiscalização, a vistoria e é feito o repasse anterior, não é mais antecipado.

E então essa foi a mudança do decreto de 2016, que, de certa forma os prefeitos tiveram algumas dúvidas, mas não só na questão do turismo, mas eu acho que de uma maneira geral e de todos os convênios do estado.

E com relação a passado, deputado Zico trouxe a questão de 2011, às execuções de 2011, mas pegamos três tipos de convênios, você tinha os convênios antigos que de certa forma em algum momento algum nó foi dado do ponto de vista de engenharia, jurídico, então a obra parou e seja por conta do município, seja por um prefeito que não conseguiu tocar a obra, seja por um objeto que era um pouco difícil de ser realizado e então esses processos foram feitas análises de engenharia e já respondendo a deputada

Ana do Carmo, há uma lei que na mudança da lei de 2015 que vocês aprovaram, uma parte do recurso do fundo foi reservada para a gestão do contrato.

E a empresa CPOS, que é a empresa do estado com funcionários concursados, eles que fazem essa gestão de vistoria, então eles vão nas obras e eles são os engenheiros que fazem a vistoria, a medição e prestação de contas, e que repassam essa informação para a Secretaria no Dade, o departamento que é o Dadetur, que faz a análise final, seja jurídica. A PGE está presente e ela faz uma análise conjunta com a Secretaria e as decisões são tomadas pela diretora do Dade sempre consultando o secretário para termos um alinhamento ainda nas decisões. E então muitas dessas obras paradas nós estamos resolvendo agora, e analisamos, engenharia, não tem o que se fazer.

Houve aqui um erro da prefeitura e uma construtora que quebrou, são diversos aspectos que podem ter acontecido e aí é feita uma resolução. Termina-se o contrato, a prefeitura tem que devolver um valor, e um valor é parcelado, então, o que não estamos deixando mais são os contratos para trás, quer dizer, tentando resolver tudo, até porque o Tribunal de Contas está cobrando e notificando a Secretaria, e então uma das diretrizes foi resolver esses convênios mais antigos e tirar da Frente, seja a solução encerrar ele com a conclusão ou seja com a devolução da prefeitura.

E já com relação a esse segundo tipo de contrato, eles estão em andamento e talvez a Secretaria passou pela extinção da Cptur, em 2014, e houve a restrição orçamentária em 2015 e 2016 por conta da crise econômica, e o orçamento diminuiu e o contrato, a gestora já era na época a CPOS, mas teve o seu contrato reduzido e então durante um período talvez é bem provável que não estava na Secretaria, mas que houve uma diminuição do corpo de técnicos, e que talvez tenha gerado um pouco de represamento nas análises e nas medições.

Mas isso foi sanado já desde o ano passado com essa mudança de lei que os deputados fizeram, e que fez com que o corpo técnico aumentasse e conseguíssemos imprimir um ritmo um pouco melhor, os prefeitos estão sentindo já a questão da vistoria rapidamente, porque tem que fazer a vistoria rápida até para poder liberar o recurso e pagar o que foi feito.

Então, esses são os conjuntos de questões dos convênios, seja de 2011 para cá, questão de recursos, assim que os recursos estão empenhados, e então assim que obra, os recursos do Dade são valores altos, são obras de um milhão e meio, dois milhões, três milhões, então, a obra não é rápida, não é uma obra de seis meses ou de ano, então, às

vezes leva dois, três ou até quatro anos. E então os recursos são liberados assim que parte das obras são entregues.

Então é uma maneira de controle e fiscalização melhor, não dar todo o recurso na mão da prefeitura porque pode e é mais difícil de você fiscalizar, então o estado vai segurando e acompanhando a obra, eu acho que é a maneira eficaz. E então tudo aquilo que está empenhado vai ser pago, e é só uma questão de a obra andar. E nós estamos destravando várias obras que estavam com algum nó jurídico de engenharia para que isso continue e as parcelas são liberada e a prefeitura tem condições de tocar o andamento.

Aquilo que não se tem o que fazer encerra, e a prefeitura entrega aquilo que é devido nos cálculos da engenharia, então eu acho que é bem importante essa diferenciação, mas o recurso ele é pago aos poucos e realmente são valores muito altos, e então são realmente parcelados. E com relação a equipe técnica, então deputada, realmente se teve essa extinção da Cptur, crise fiscal financeira do Brasil de uma maneira geral, e se reduziu um pouco o corpo técnico, e mas que já foi sanado com a mudança que vocês deputados já fizeram na lei de dar um percentual para a gestão.

Isso é importante, e finalizando com relação ao MIT, o entendimento pelo que eu entendi é majoritário e com relação a ser ter mais MITs e inclusive, se ter um mapa de turismo no Ministério do Turismo e que, considera que São Paulo tem mais de 400 municípios em 50 regiões turísticas, e o mapa do turismo brasileiro é um problema de regionalização e que foi elaborado pelo Ministério do Turismo, e ele dividiu a região de São Paulo em 50 regiões com 432 municípios participantes, então obviamente temos condições de ter aquelas cidades com maior destaque.

Mas certamente que todas elas têm o potencial e hoje o turismo rural e o ecoturismo, e se tem várias modalidades surgindo, então sempre toda a cidade tem que saber explorar e usar o seu potencial. E com relação aos MITs e inclusive há uma proposta que o prefeito de Analândia ali não nos escute, mas de aumentar os MITs, de ir para 210, ao invés de 140 ter 210, quer dizer, isso já ouvi alguns deputados falando, e é claro que se tem que fazer uma equação financeira com relação ao fundo e sem prejudicar as instâncias, mas aí estaríamos democratizando mais o recurso.

E então o quão importante cada município na crise que ele vive hoje, que esse recurso é livre para fazermos um investimento efetivo na cidade. E então há essa proposta, há uma simpatia do governador e aumentar 210 MITs, e aí depende dos deputados, os que fizeram a lei e que podem alterar no momento em que eles

entenderem a competência legislativa é exatamente para fazer as leis. E com relação à questão do fundo, já tive a oportunidade na Aprecesp até de comentar isso, apesar de se falar muito do fundo, ele não é fundo – ele é uma dotação orçamentária.

E então porque, na verdade, o recurso não vai no fundo e fica no fundo esperando se utilizar, na verdade, ele está no orçamento do estado, e então se virou o ano e aquele recurso se perdeu e se não foi empenhado, se não foi assinado o convênio, ele não existe mais, e pelo menos é o que o planejamento nos explica. E o que a Assembleia Legislativa pode fazer?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - É sobre isso que eu queria pergunta, Fabrício, desculpa lhe chamar assim.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Não, fique à vontade.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Mas porque se tudo aquilo que o senhor tem colocado agora dessa questão do Tribunal de Contas que foi levantado, que tem todo esse questionamento do Tribunal de Contas, todos eles foram por razões dos municípios que não estavam com a documentação pronta.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Não, às vezes a obra não é uma obra... Tem obras com valores altos que elas param no meio por alguma questão, às vezes por uma questão que não se conseguiu entregar.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Eu sei, mas sempre é problema lá e não da Secretaria...

O SR. FABRÍCIO COBRA - ... É porque a Secretaria...

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - ... Porque a Secretaria não repassa.

O SR. FABRÍCIO COBRA - Não, nunca é por não repasse. Na verdade, a Secretaria não tem gerencia na obra, ela simplesmente assina um convênio.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Ou a Fazenda que não repassou, isso...

O SR. FABRÍCIO COBRA - ... Não, na verdade, se tem um convênio, por exemplo, de dois milhões, vamos fazer hipoteticamente de dois milhões em quatro parcelas de 500 mil, antes o dinheiro era dada a primeira parcela para o município, e ele começava a obra, e aí ele apresentava a prestação de contas, e se a Secretaria e os técnicos não aprovam a prestação de contas não se libera a segunda parcela.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Eu acho isso justo.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT - Tem um erro na sua prestação, então às vezes você encontra algum erro, e muitas vezes já se foi encontrado e a Secretaria, o papel dela é de fiscalizar, e esse valor não foi gasto na obra, o engenheiro foi lá e fez a vistoria. E então isso acontece e muitas vezes a prestação de contas é reprovada, não é que o recurso não é liberado pela Secretaria, mas o Dade libera assim que as prestações de contas são aprovadas.

Aprovou e libera a segunda parcela, aprovou e libera a terceira. É uma maneira de você evitar que todo o dinheiro vá na frente, e dê margem para alguma coisa que saia do controle. A sensação é de que não há recurso, e na verdade, porque hoje a mudança de 2016 para cá não vai mais o recurso na frente, e agora não vai nada no decreto do governador que mudou e não se assina, o convênio começa primeiro a medição e aí você paga a obra feita e não mais você adianta e aí a prefeitura gasta conta do que é que ela gastou.

E então são maneiras diferentes de você tomar conta do recurso. Mas, com relação a isso, então eu acho que o deputado Hélio me perguntou, e então o MIT que não assinou em 2016 e em 2017 ele não tem um recurso. Porque não é um fundo de fato. Ele é uma dotação orçamentária, e cabe a Assembleia Legislativa, eu já falei para outros deputados que vieram. A Assembleia Legislativa poderia criar o fundo de fato e o recurso iria para esse fundo, e aí se teria uma gestão do fundo e então são ideias que cabem mais... “Vai mudar” a subida e a descida vão ser em 2018, vai ter mais ou menos MITs.

E tudo isso está na mão da Assembleia Legislativa, e ela é a Casa competente para mudar a legislação, alterar, e é claro que sempre há uma conversa com o Executivo, até para se ver a viabilidade de orçamentos e tudo. Mas é a Casa que altera e faz as alterações legislativas, eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB – Perfeito, bom, eu acho que agradecemos aqui ao nosso secretário Fabrício Cobra, e agradecer ao deputado Hélio Nishimoto e Sebastião Santos, Zico Prado, Ana do Carmo, Edmir Chedid que passou por aqui e Reinaldo Alguz, todos os colegas, Cezinha da Madureira, a equipe da Casa, aos prefeitos aqui de Analândia e de Mesópolis, vereadores.

A equipe da Secretaria e o secretário Fabrício Cobra, muito obrigado pela sua presença e parabéns pela sua apresentação, e parabéns, como disse a Ana do Carmo, pelo pouco tempo, mas pela forma importante e eu acho que é um dos grandes ganhos que a Secretaria teve, além da sua visão e sua experiência que já tem de Casa Civil e de governo, mas é também a de estabelecer critérios, quando se estabelecem critérios, ganha todo mundo, e isso tem sido muito positivo e sucesso na empreitada, conte conosco, e essa Comissão nós fizemos algumas emendas ao orçamento e ainda estamos negociando com o deputado Marco Vinholi que é o relator do orçamento porque entendemos que todos nós, que é sempre muito baixo o volume, sempre muita baixa a quantidade e o valor do orçamento dessa Secretaria e estamos sempre lutando, tanto para ampliar no aspecto das instâncias do interesse turístico, como para que a Secretaria possa ampliar os seus programas e criar novos programas no tamanho que o estado de São Paulo merece uma Secretaria de Turismo.

Boa tarde a todos e muito obrigado, um abraço ao Vanilson e a toda a equipe técnica.

O SR. - Obrigado, deputado.

* * *